



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



**RIO DE JANEIRO, RJ, 8 DE MARÇO DE 1999**

*Muito obrigado, Senhor Brigadeiro; Senhor Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General de Exército Benedito Leonel; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhor Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Doutor Luiz Paulo Conde; Senhor Comandante interino da Escola, Major-Brigadeiro Fernando de Almeida Vasconcelos; que acaba de meu saudar, Senhores estagiários da Escola Superior de Guerra; Senhores e Senhoras,*

Disse o Brigadeiro, ao saudar o Brigadeiro Fernando Vasconcelos, que há algumas décadas o Presidente Castelo Branco mencionou algo fundamental sobre esta escola: que aqui se discute o destino do Brasil.

Ao proferir esta aula, hoje, esta conferência inaugural dos cursos, num momento em que esta escola faz cinqüenta anos, parece-me opportuno retomar o tema. Precisamos, continuamente, discutir os destinos do Brasil. E, quando se discute o destino do Brasil no contexto de hoje, não podemos pensar o Brasil como uma parte isolada do nosso Continente e do mundo. Bem-vindos, portanto, aqueles

que, de outros países, acorreram ao Rio de Janeiro para fazer os cursos nesta escola.

Também o Brigadeiro Vasconcelos mencionou algo que merece que eu reitere. É o fato de que aqui se trata de ministrar cursos que têm como função motivar a sociedade brasileira. Motivar aqueles que exercem funções de liderança no Brasil, para que discutam os destinos da nossa pátria. Trata-se, portanto, muito menos de doutrinar do que colocar os grandes temas nacionais, os quais só encontram sustentação quando os formuladores de política realmente expressam um sentimento que é mais amplo, que é um sentimento da própria sociedade. Há, portanto, um esforço permanente de discussão com a sociedade. Daí a importância da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg), daí a importância de que existam núcleos, que sejam capazes de atrair a atenção da sociedade brasileira e transformar as suas atividades em atividades nas quais todos possamos pensar os destinos do Brasil.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade, esta comemoração dos 50 anos e da eventualidade de estar, aqui, em convívio com os senhores, discutindo problemas no quinquagésimo aniversário desta instituição, para fazer algumas poucas reflexões e, como costumo fazer, de forma muito direta, muito franca, sem nem mesmo sequer ter um texto para ler, para expressar, de forma direta, o meu sentimento sobre o destino do Brasil, que é o grande desafio ao qual temos que fazer face.

Não é segredo para ninguém que hoje nós vivemos num mundo bem distinto daquele mundo de há cinqüenta anos. Um mundo que passou por transformações – e que ainda passa – que tiveram a capacidade de reorganizar a forma de distribuição de poder entre os países, a forma de distribuição da riqueza e, até mesmo, a forma da distribuição da esperança entre os países.

Quem poderia imaginar, há cinqüenta anos que, ao invés da dualidade da poderes, nós fôssemos nos confrontar com uma situação como a de hoje, em que, praticamente, existe, por todo o Universo, apenas uma potência com capacidade efetiva de controle global? Bom? Mau? Quem sabe? Na verdade, ao passar-se da dualidade de

poderes, em que havia uma margem para, quem sabe, outras formas de poder se afirmarem, para a situação atual, creio que nós não devemos dar por encerrada a possibilidade de que cada país ou que cada conjunto de nações também afirme suas necessidades, também afirme a sua vontade de construir, em conjunto, a ordem internacional.

Será fácil? Certamente não. Mas, certamente, não antevejo, para o próximo século, uma concentração ilimitada de poder. Acredito que, na medida em que as forças que estão reorganizando o sistema produtivo internacional se forem definindo de forma mais direta, se forem acomodando, crescentemente nós vamos assistir à emergência de blocos regionais e à possibilidade da afirmação desses blocos, não no sentido antigo de uma afirmação que pretenda a hegemonia, mas no sentido de uma afirmação que pretenda, isso sim, uma participação consciente, deliberada e correspondente aos esforços, aos desejos e capacidade de cada um desses blocos.

Se isso for verdade, e me parece que indiscutivelmente nós já estamos, antes do fim deste século, assistindo a alguns ensaios nesta direção, é de imaginar-se que, no próximo século, alguns blocos regionais venham a ter um peso crescente. Não por acaso, as mesmas forças produtivas que provocaram uma transformação nas oportunidades de desenvolvimento através do Universo são forças que não permitem mais a concentração, numa só área do globo, do sistema produtivo internacional.

Queira-se ou não, o modo de produzir, a base tecnológica da produção – e o exemplo mais banal é precisamente o da informática – levam a uma disseminação das possibilidades de criação de riqueza através do globo. E se, no passado, há cinqüenta anos, ou há mais de cinqüenta anos, havia nitidamente a sensação de que havia países vocacionados, entre aspas, para a produção de bens que agregam valor, bens de base industrial avançada e tecnológica; de países, aspas, vocacionados para a produção de matérias-primas; essa idéia, hoje, não subsiste, não pode subsistir dada a velocidade dos meios de transporte, dos meios de comunicação, dos meios de informação, do

mecanismo decisório e, principalmente, dada a velocidade e volatilidade dos fluxos de capital.

Dito isso, quero lhes dizer que, na verdade, haverá continuidade de um processo de distribuição das bases produtivas através do espaço planetário, e não a concentração dessas bases produtivas num só local desse espaço. E essas mesmas forças são forças que desencadeiam as transformações no nível das formas de acumulação de recursos, da acumulação de capitais e de distribuição de capitais que redefinem as perspectivas econômico-financeiras do próximo século.

O que se discute, hoje, basta ver os grandes jornais, é a existência futura de três moedas: o dólar, o euro e o iene. Sabe-se lá se serão essas três, se serão outras. Mas nesse contexto o Brasil nunca deve perder a perspectiva de que estamos inseridos numa região geográfica, temos nossos interesses nessa região, e temos possibilidade de ajudar a organização dessa região que, no momento inicial, é o Mercosul. Num momento futuro, pode vir a ser o conjunto da América do Sul.

Acredito que quem pensar nos destinos do Brasil, e não digo isso em contraposição aos destinos da Argentina, do Peru, da Colômbia, da Venezuela, do Paraguai, do Uruguai, do Chile, de qualquer outro país; mas, quem pensar – e penso que a recíproca vale para esses países – em termos do próximo século, do nosso destino comum na região em que estamos, há de pensar também no fortalecimento desses blocos, deste bloco. Há de pensar que, estrategicamente, para o Brasil, o Mercosul e a América do Sul são, e continuarão a ser, partes constitutivas de um processo de integração das nossas economias e de nossos interesses neste sistema global que se está formando.

Se isso é assim, se não estou equivocado nessa apreciação, crescentemente as nossas considerações nacionais hão de ser considerações que se inscrevem nesse contexto, que é um contexto regional e, através desse contexto regional, sem pretensão a qualquer tipo de hegemonia de nossa parte, é que nós teremos a capacidade, se formos realmente determinados na construção do que estamos construindo nos nossos países, de pesar mais fortemente no destino deste mundo que, gostemos ou não, se globalizou, se transformou num universo

que está integrado globalmente. E não está integrado apenas pela decisão política de uma superpotência, e não está integrado pelas condições de produção, pelas condições de vida, de comunicação, pelas bases civilizatórias que estão se formando a partir de agora, e que apenas estão começando a se formar.

Acredito, por consequência – me permiti começar por posicionamento mais geral sobre a inserção do Brasil no mundo –, que essa inserção imediata do Brasil no seu contexto, essa compreensão da nossa vocação sul-americana, não é contraditória com a necessidade de crescentemente sabermos valer a nossa voz, nos foros internacionais, para que nós possamos, de alguma maneira, fazer uma contraposição à tendência que parece inevitável, mas que não creio que seja, da concentração num só poder.

Não acredito que seja positivo para o mundo futuro que haja essa concentração, digamos, absoluta como tendência nessa direção. Acredito que será mais saudável para o mundo futuro que nós possamos contribuir – e repito, sem vocação hegemônica –, mas com determinação brasileira e regional, mas que haja um universo mais equilibrado. Não me aventurarei mais em hipóteses que são meramente hipóteses de trabalho, nessa altura do século XX, para pensar sobre o século XXI. Certamente, nós vamos assistir a algo mais do que simplesmente o dólar, o iene e o marco passando a chegar à China, a olhar a Índia, o olhar o bloco sul-americano para nos darmos conta de que é uma simplificação imaginar que o mundo futuro vai ser plasmado de acordo com os interesses que hoje já estão organizados e que são capazes de definir os seus objetivos. Na medida em que nós possamos definir os nossos objetivos, com a perspectiva correta, creio que teremos também aí a possibilidade de uma participação mais ativa na reconstrução dessa ordem mundial.

Certamente, o Ministro Lampreia, nas apresentações que já fez e nas que fará nesta escola, fundamentará o porquê da nossa política externa, e o modo pela qual o Brasil atua tanto no Mercosul, nas Nações Unidas, nos fóruns internacionais dos países do G-7 e em todos os demais fóruns que se apresentam, nos quais nós podemos ter

assento, seja assento direto, seja através de consultas. A nossa posição, a nossa orientação tem sido sistemática nessa direção que acabo de mencionar.

Não gostaria, também, de perder a oportunidade para, retomando as palavras do Brigadeiro Vasconcelos, a respeito do que já foi dito sobre a função inicial desta escola, que seria uma função de modernização e de pensamento de um país que pudesse obedecer a regras mais definidas do seu horizonte, e uma ordenação das atividades, de tal maneira que essas regras venham a ser constituídas, eu gostaria de deixar de aproveitar essa deixa, repito, de dizer-lhes, também, que, de alguma forma, o projeto que estamos elaborando, implementando, não é outro.

Diante do desafio de uma economia que se globalizou, o Brasil é um país já em largas medidas não apenas industrializado, mas um país que tem um mínimo de consequência nas suas bases tecnológicas, de tal maneira que pode, realmente, participar desse novo desafio do mundo. O problema que nós temos que enfrentar é como modificar as nossas instituições e estruturas, para que possamos, nessa nova condição do mundo, ter uma participação ativa e preservar os nossos interesses fundamentais como sociedade, como nação, e que papel as nossas instituições – Estado, sindicatos, Igrejas, empresas, enfim, o conjunto das instituições nacionais – podem e devem desempenhar para que isso ocorra.

A discussão, muitas vezes simplificada, sobre o que significa a integração na economia globalizada, obscurece o fato de que precisamos de que as políticas definidas permitam nossa participação nessa nova etapa da economia internacional, de modo que essa participação não seja passiva, mas ativa. E para que essa participação possa ser ativa e não apenas passiva, o fundamental não está em negociações externas, mas na redefinição de instituições internas e na determinação interna, para que nós possamos nos preparar para os desafios, que são grandes, de uma economia, de um sistema produtivo e de uma ordem política mundial que requerem uma ação mais enérgica de nossa parte, não no sentido da bazófia, não no sentido da retóri-

ca, mas no sentido da instrumentação do nosso país, para que ele possa responder às expectativas e aos desafios, para o nosso próprio povo, neste momento de inserção internacional.

Essa inserção não é uma escolha. Essa inserção é um condicionante do modo atual de produção. Que escolha haveria? Que escolha haveria em termos de encerramento da economia nela própria? O caminho, certamente, de uma perda de velocidade na nossa capacidade tecnológica, uma perda de velocidade na nossa capacidade de acumulação, uma perda de velocidade na nossa capacidade de competição – e, portanto, a médio prazo e não muito longínquo – significaria uma perda de capacidade do país de continuar avançando para seu próprio bem-estar.

Quantas vezes se lê em entrevistas, artigos, livros, comentários de forças políticas que o Brasil poderia e deveria fechar-se mais aos desafios do mundo contemporâneo? Ora, hoje o que se fecha, não se fecha, é fechado. Não se trata de uma determinação, mas de uma incapacidade de tomar uma decisão que permita uma inserção mais favorável.

Não cabe ao Presidente da República definir se é um país ou uma região do globo, mas não é difícil imaginar quais são os países, quais são as regiões do globo que, por não terem aceitado o desafio de se prepararem para esse novo milênio, hoje estão perdendo posição relativa e seus povos estão sofrendo enormemente. Não é esse o caminho de um país que tem destino, como é o caso do Brasil, de uma participação mais ativa na vida internacional e de uma capacidade mais ativa também de desenvolvimento. Também, certamente, há de ser de uma preparação mais eficaz para fazer frente ao mundo que está aí, aos desafios novos que se apresentam.

Não é fácil. E o esforço feito, já há vários anos já, o primeiro esforço grande, realmente, feito para conter uma situação de descrédito internacional e de desordem, foi o esforço centrado, primeiro, na valorização da moeda, e em seguida na racionalização do processo produtivo, na modificação das nossas instituições e num conjunto de políticas que permitissem uma integração crescente da população aos frutos do progresso técnico.

Toda gente sabe o esforço que o governo faz – e não foi o único governo a fazê-lo – na direção de reequilibrar as finanças públicas de

tal maneira que nós pudéssemos conter o descalabro inflacionário, que era – continua sendo – o desafio maior para as camadas mais pobres da população, porque mina a capacidade de resistência da população aos efeitos danosos da incapacidade governamental de tomar decisões que resultem numa estabilidade maior.

Foi possível manter, durante quatro ou cinco anos, um caminho de estabilidade persistente, com críticas, com reclamações, com uma série de – algumas válidas – críticas, com reclamações, algumas justas. Mas, no conjunto, a idéia era de que o País deveria mudar de política e que o País deveria, ao invés de sustentar uma política cambial dura, fechar mais a economia, através da possibilidade de uma desvalorização, e que isso permitiria a baixa da taxa de juros.

Não foi esse o caminho percorrido. E não o foi pelos custos que esse caminho poderia ocasionar, como está ocasionando hoje. Na verdade, o caminho percorrido nos últimos anos foi o de sustentação da moeda e com as consequências, boas e más, desse procedimento. Boas, no sentido de que houve um aporte grande de capital externo para reformulação das bases produtivas. Boas, porque o setor produtivo doméstico pôde importar equipamentos e os fez em grande quantidade, para renovar o patamar produtivo do País. Boas, porque foi possível começar a reorganizar as finanças públicas. Más, porque certamente houve um custo também elevado, em termos da sustentação de taxas de juros demasiadamente alta, para a manutenção da taxa de câmbio.

A idéia – repito – que todos sabem, era a de que progressivamente fosse havendo a desvalorização do real, de tal maneira que o impacto dessa desvalorização não produzisse uma comoção muito forte, uma turbulência muito forte na sociedade. A partir do momento em que houve a crise da Rússia – não adianta dizer que com ou sem razão – houve a percepção nos mercados que, sob aparência de serem altamente racionais, são altamente irracionais e cada vez mais irracionais, houve a percepção de que haveria um contágio no Brasil.

E houve um comportamento que os economistas teóricos descrevem como de manada: “Quando um sai correndo, todos saem cor-

rendo atrás". Esse tipo de trabalho é abundante na literatura de economia política e mostra que, desde o século XIV, de tempos em tempos, ocorre um fenômeno desse tipo, como fenômeno de especulação e em seguida uma fuga desordenada dos capitais e uma venda rápida dos ativos para, num desespero, salvar-se quem se puder salvar. Não havia, digamos, razão do ponto de vista objetivo para que isso ocorresse. Mas a economia, no sistema financeiro de internacionalidade, e mesmo no outro, a economia capitalista não funciona nesse nível, com altos níveis de racionalidade – se bem que haja algum nível de racionalidade, ao qual me referirei em breve.

O fato é que, a partir da crise da Rússia, as fontes de recursos começaram a diminuir de maneira drástica. E é sabido por todos que as perdas de reserva começaram a ocorrer, também, com muita velocidade. A primeira tentativa de evitar que isso ocorresse, que essa sangria continuasse, foi feita através dos acordos com o Fundo Monetário Internacional no mês de outubro/novembro do ano passado. Mas a verdade é que a sangria continuou, e continuou a despeito, talvez até como consequência, segundo outros, da baixa continuada da taxa de juros real o ano passado, que chegou a 22% no fim do mês de dezembro, e o fato de que aqui chegou-se a um ponto em que, ou se tomava algumas medidas ou então nós poderíamos ficar na circunstância de não termos reservas.

Quem já assistiu – e eu já assisti de perto, porque era líder do governo na ocasião – à consequência de uma moratória sabe que nada pior para um país, nada mais danoso para um país, do que ser obrigado à moratória porque não há recursos para pagar a dívida. Só os desavisados, só os ingênuos imaginam que a moratória pudesse resolver qualquer problema dessa natureza, e os esquecidos também. Porque quem assistiu, como alguns de nós assistimos, nos anos 80, ao significado da moratória e ao trabalho que eu próprio tive – com o Ministro Malan, o Ministro da Fazenda, eu e ele com o Banco Central, para renegociar a dívida, que a moratória tinha congelado nos anos 80 – sabe o que significa isso e quantas décadas, no mínimo uns dez anos, são necessárias para, depois de uma situação dessa natureza, repor a economia em condições de funcionamento.

Não sendo eu, portanto, desavisado para manter uma política que pudesse levar mais adiante à escassez absoluta de recursos nas reservas e, por conseqüência, imediatamente depois, a um pedido de moratória, centralização do câmbio, ou que nome tenha, tomamos a decisão de: primeiro, tentar uma banda de flutuação, que todos sabem que não funcionou pela pressão do mercado e, em seguida, a flutuação do câmbio. Não por decisão de governo, mas no caso por imposição de mercado. A tentativa não era, obviamente, de que viesse tudo de chofre, pelas razões que eu já disse. Apesar dos críticos, me parece que era mais consistente a política de tentar uma desvalorização progressiva, sem provocar a comoção que uma flutuação provocaria. Provocou. Nós estamos em plena turbulência desse processo ocasionado pelo que acabei de mencionar de passagem.

Não acredito que, por causa de uma situação conjunta geral, como essa que estou mencionando a todos vocês, e não há por que negá-lo, negativa, numa situação desse tipo, se deva perder aquilo que acabamos de falar aqui: que este país tem um destino histórico, tem compromissos, tem objetivos, tem programas, tem projetos. E esses programas, esses projetos, esse destino, esses objetivos, têm que ser, a cada instante, rememorados, revivificados. E temos que insistir neles.

Mencionei, e diria as razões pelas quais, no meu parecer, existiam também algumas razões objetivas para que houvesse essa preocupação, essa instabilidade de mercados, essa fuga de capitais, duas razões fundamentais. Para mencionar apenas aquelas que são mais visíveis. Por um lado, o curso da nossa trajetória no que diz respeito às contas externas eram custos de débitos crescentes.

Na verdade, no ano passado, o nosso déficit em contas correntes não devia atingir mais de 4% do produto interno bruto, mais de 4% do PIB. Dir-se-á que outros países têm mais do que isso. É verdade. Mas quando existe uma série de fatores que se conjugam e, sobretudo, quando existiu a crise russa e a crise asiática, a percepção dos mercados de fuga, então, tudo aquilo que é suportável noutras conjunturas, deixa de ser. Quatro por cento do PIB no déficit fiscal não é qualquer coisa que pudesse ter nos assustado noutras circunstâncias ou ter

assustado quem quer que seja. Mas no conjunto de circunstâncias, o fato é que assustou.

E a outra questão diz respeito ao endividamento interno e ao des-controle das contas públicas. Esse descontrole das contas públicas, e todos são testemunhas da luta ingente, e os que trabalham comigo mais diretamente sabem que nos quatro primeiros anos, nos quatro anos do mandato anterior, e mesmo antes, quando era Ministro do Presidente Itamar Franco, não houve semana em que não houvesse um pronunciamento meu, um pedido meu, uma conversa minha e de muitos de nós, para que o Congresso votasse as medidas necessárias, para que nós reequilibrássemos as finanças públicas.

É compreensível que haja demora. Nós vivemos em um país democrático, um país, portanto, que requer o esclarecimento, a conversa, a negociação, não no sentido da negociação secreta e também de alguma coisa que seja de se esconder, mas no sentido público da composição dos interesses de segmentos da sociedade brasileira.

E é muito difícil para qualquer sociedade – veja o que aconteceu na Alemanha, na Itália, ou na França, nesta matéria – muito difícil para qualquer sociedade, como foi para nós, e é para nós, ajustar contas naquilo que é, talvez, mais sensível, do ponto de vista da nossa cultura, que é a questão da Previdência Social.

E, não obstante, quando se olham as contas com certa fieldade – como cabe a este comando ter equilíbrio e a fieldade necessária, não porque não tenha um coração, mas, exatamente, porque além do coração tem a razão – verifica-se o que é possível fazer para assegurar condições futuras de sustentabilidade, para os modelos que estão sendo implementados.

Só para dar-lhes um dado, no que diz respeito ao Governo Federal, o ano passado nós tivemos déficit direto nas contas de aposentadoria e de pensões de 19 bilhões de reais. Toda a contribuição do conjunto dos funcionários é de 2 bilhões, o gasto foi de 21 bilhões. Logo, o déficit é de 19.

Ou seja, outros setores da sociedade pagam a Previdência do funcionalismo público. Nós contamos com 515 mil funcionários, talvez outro tanto de aposentados, ou um pouco menos. Novecentas mil pessoas

gastam 21 bilhões de reais, têm renda média *per capita* igual ao da Europa Ocidental, num país que não tem sustentação para esse processo.

Se se acrescentar a isso o déficit que existe em cada estado e em cada município – e não se sabe, exatamente, o tamanho dele, –, mas, sabe-se que, o ano passado foram 42 bilhões de reais de déficit. Só com as pensões e aposentadorias. Quarenta e dois bilhões de reais.

Obviamente, isso pesa nas contas públicas. Tudo o mais dá excedente, ou melhor, o governo produz o excedente, produz superávits, pequenos, mas produz. Esses superávits são insuficientes para pagar essas contas. Resultado: o governo, sistematicamente, vai ao mercado e toma dinheiro emprestado.

E, quando vai ao mercado e toma o dinheiro emprestado, ele não paga o dinheiro que tomou, anteriormente, ele rola os títulos. Quantas vezes eu ouço dizer: “Meu Deus, por que estão pagando juros, em vez de fazer escolas?” Porque juros se paga com papel e escola com dinheiro. O dinheiro do Tesouro não tem saído para pagar os juros. Ele não é suficiente. Ele mal é suficiente para pagar as contas correntes, boa parte é pessoal: aposentadoria, como eu disse; transferência para estados e municípios.

De um orçamento de 160 bilhões, mais ou menos, o ano passado, o que sobrou, para investimento e custeio – isso inclui Forças Armadas, isso inclui Agricultura, Ministério dos Transportes, Saúde, etc. – foram 40 bilhões. Então, quando eu vejo, muitas vezes, os jornais dizerem: “É preciso mais corte”. Não é corte sobre 160, é sobre 40. Cortar mais o quê? Nós chegamos ao osso.

Então, porque se fez esse aperto enorme, nós conseguimos não gerar déficit nas nossas contas diretas. Mas não conseguimos pagar as dívidas. E rolamos a dívida, emitindo mais título. E quanto mais título se emite, mais o mercado pede juros. E chega um momento em que o mercado diz: “Bom, ele não vão pagar”. E aí começa a complicar.

Esse momento, no que diz respeito à dívida interna, não chegou, nem vai chegar. A dívida interna brasileira é financiada pelos brasileiros. Os credores do governo são os brasileiros, são os bancos, são os que têm conta corrente nos bancos, são os que fazem aplicações em fundos, nos

bancos. É uma imensa maioria da população, credora do governo brasileiro, de alguma maneira. Não é como nos outros países, em que a dívida interna era externa, era sustentada em dólar. A nossa é sustentada em real.

Não existe, portanto, o risco do não-pagamento dessa dívida, de não-rolagem ou da moratória interna. A propaganda que houve, nos últimos meses, sobre isso, é de especulação, é gente que quer criar mais dificuldade, para evitar que se possa sustentar o real. Então inventa, também, que nós não vamos poder pagar a dívida interna.

Não é certo. Mas é certo que isso limita muito a ação do Governo para a contenção da taxa de juros – que não é definida por ele. Se fosse definida pelo governo, como eu digo sempre, se o governo é o maior devedor, por que o Governo não poria os juros a 3%? Seria uma estultice. Não põe porque não é o Governo quem define os juros. Quem define os juros é o mercado. O Governo vai ao mercado e pede emprestado. Se ele não for ao mercado e não pedir emprestado, duas coisas positivas: uma, sobra dinheiro, outra: os bancos seriam obrigados a emprestar ao setor privado, desde que caia a taxa de juros.

Mas, como o governo vai ao mercado, a taxa de juros não cai e o setor privado não tem dinheiro, porque o melhor pagador, para os bancos, ainda é o governo, o mais garantido. Então, por isso, também, a dívida rola. Mas rola a este preço, muito alto, de taxas de juros muito elevadas.

Bem, esses dois fatores – o déficit externo e essa situação interna – geraram a falta de confiança em que o Brasil pudesse avançar, no ritmo que estava avançando. Esta é a razão pela qual, agora, se quisermos, como eu quero, repor os País nos trilhos, temos que tomar medidas que resolvam essas duas questões.

Para resolver a questão das contas externas, a taxa de câmbio é uma ajuda substancial. A desvalorização do real é uma ajuda substancial, pela razão óbvia. Primeiro, que pára a importação; segundo, que pára ou reduz drasticamente a viagem ao exterior; terceiro, que pára compras no exterior. Tem um lado ruim, que são as compras necessárias, de equipamentos. Por sorte, há cinco anos, o nosso setor empresarial vem se remodelando. Portanto, a escala produtiva

subiu e há capacidade produtiva ociosa, o que possibilitará uma retomada de crescimento sem investimentos adicionais, tão logo se supere essa dificuldade, essa turbulência momentânea. Mas, de qualquer maneira, as importações, fator que desequilibrava a conta, diminuem. Por outro lado, as exportações também se tornam mais fáceis, em função da própria desvalorização.

Ou seja, provavelmente no fim deste ano, já teremos uma inversão na situação que descrevi aqui, no sentido de que as contas externas, ao invés de apresentarem um déficit de 4%, terão substancialmente reduzido esse déficit. Só uma bola de cristal para dizer quanto, mas alguns falam a metade. Que não seja a metade, que se reduza 40% desse déficit.

Isso significa o seguinte: para fechar as nossas contas externas poderemos, eventualmente, contar com um investimento direto que, na pior das hipóteses, este ano, chegará a 16 ou 17 bilhões de reais. Isso será suficiente, feita essa operação que acabo de mencionar, para que nós não tenhamos a aflição das contas externas, no fim do ano.

Na conta interna, aí sim, nós precisamos avançar, no que diz respeito ao reequilíbrio das contas públicas. Já lhes dei um dado. Dar-lhes-ei outro: o déficit interno, que deve beirar 7 ou 8% do PIB, que é bastante elevado; o déficit direto, inclusive, da Previdência, é o imposto, o resto são juros.

Perguntar-se-á: "Bom, se é assim, por que não baixar os juros?" Já dei a razão: porque não se pode. Não é o Governo quem determina os juros. É preciso, portanto, mudar as causas que levam as taxas de juros a ser elevadas – e já disse qual é o principal: é o desequilíbrio das contas públicas. E, nesse desequilíbrio das contas públicas, a questão mais sensível é a Previdência, porque é onde há 40 bilhões em contas consolidadas, em todos os níveis de governo.

Bem, essas medidas já foram tomadas, pelo menos para reduzir substancialmente esse problema. Graças à ação do Congresso Nacional, no mês de janeiro, foi possível tomar as medidas necessárias, para a geração de um superávit primário, ou seja, dinheiro descontado que se paga de juros.

Bem, isso posto, isso executado – e o Governo Federal, hoje, depende da votação do Congresso, agora, essa semana, e mais na outra semana – teremos a aprovação de todas as medidas fiscais necessárias. A geração desse superávit só vai depender da ação firme do Governo Federal. Ação firme do governo federal, os Ministros aqui presentes sabem o que quer dizer, e sabem a dificuldade que significa isso, você dizer “Não, e não e não”, àquilo que é justo. É terrível. Mas, ou se faz isso, ou não se sai da dificuldade momentânea em que nós nos encontramos.

Pois bem, tomamos uma decisão estratégica: não iríamos contar, maiormente, com o esforço dos Estados nem das estatais, para a produção desse superávit. Mantivemos o que se imaginava, que é 0,4% do PIB, de superávit, nos estados e nas estatais. E fizemos recair o peso desse esforço no Governo Federal. Estamos imaginando que 3,1% do PIB serão necessários para que nós possamos fazer o quê? Deixar de aumentar a dívida interna. Não é nem diminuir.

Nós estamos imaginando que, nos próximos três anos, vamos equalizar o valor da dívida, em termos de proporção do PIB, por volta de 44% do PIB. Isso é nada, do ponto de vista internacional. Um país como a Itália terá 120%. O Estados Unidos não têm importância, porque eles produzem papel-moeda, que é o dólar. O fato de ser potência hegemônica faz com que eles não tenham essa preocupação. Enfim, fazem papel-moeda e todo mundo acha que vale. Mas os países que não têm essa possibilidade, como a Itália, como a Espanha, têm uma dívida muitíssimo maior do que a brasileira. Só que rolam com prazos maiores e taxas de juros menores.

De qualquer maneira, se fizermos isso que estou lhes dizendo, um superávit acima de 3%, podemos parar de aumentar a nossa demanda sobre os recursos dos bancos. Podemos, portanto, ter condições para a queda da taxa de juros. Bem, esses 3,1% foram definidos por nós. É bom insistir nisso, porque vejo nos jornais, com tanta freqüência “exigências do Fundo Monetário”.

Lembro que, no dia 8 de setembro, ainda candidato a Presidente da República, fiz um discurso no Itamaraty, onde disse isso: que nós

íamos fazer um esforço fiscal para equalizar a nossa taxa de endividamento, na base de 44% do PIB nos próximos 3 anos. Não havia o Fundo Monetário em jogo. Não se trata de uma exigência externa. Trata-se de uma necessidade doméstica. Ou nós produzimos esse superávit, e então equalizamos, paramos de aumentar a dívida interna, ou não temos condições de realmente baixar, sustentavelmente, a taxa de juros. Vamos fazer isso.

O Congresso Nacional aprovou medidas duras, dificílimas. Entendo as dificuldades para que o Governo possa ter essa condição. Ocorrendo isso e havendo uma compreensão, em nível dos estados, e apesar de um ou outro estado que, naturalmente por razões, enfim, momentânea – eu espero – procura desviar a atenção do principal, que é a necessidade de equilibrar as contas públicas, imaginar que existe perseguição, retaliação do Governo Federal, com o tempo isso passa. A imensa maioria dos estados está tomando medidas consistentes, com os objetivos de mantermos as nossas contas públicas equilibradas.

Então, sou otimista quanto ao fato de que, também, as contas externas no fim do ano serão melhores do que as contas do ano passado. Estou supondo também que as taxas de juros hão de cair. Nesse momento, a taxa de juros está servindo, simplesmente, de instrumento para evitar a inflação. Não é mais para sustentar a taxa de câmbio – até porque o câmbio está flutuando – e o Governo não está usando as reservas, a não ser pontualmente para evitar volatilidade. É um pouco mais de meio milhão de dólares, que não abalam as contas externas. Porque, sim, o que está se tentando, e com muito empenho, é evitar a volta da inflação. A volta da inflação significaria, aí, sim, a desorganização de tudo que foi construído nesses cinco anos, e, entre isso tudo, o que foi construído, a capacidade de consumo da população, e sobretudo a população mais pobre. Dir-se-á mais: por que subir a taxa de juros, se a taxa de juros vai aumentar a dívida interna, se portanto a dívida interna é o responsável pelo, como o Senhor acabou de dizer, pelo desequilíbrio? Obviamente porque, nesse momento de passagem de um regime cambial para

outro regime, ou se tem uma taxa de juros que iniba os especuladores ou eles usam o dinheiro disponível para jogar contra a moeda. E não adianta fazer apelos patrióticos. Capital, alguém já disse há muitos séculos, não tem pátria.

Na verdade, o que acontece é que nós tomamos duas medidas difíceis semana passada. Uma, de enxugar a liquidez. O Banco Central obrigou os bancos a depositarem uma porcentagem de dinheiro de que eles dispõem no Banco Central. Depois, subiu a taxa de juros, porque havia muito dinheiro na mão dos bancos. Bancos no sentido amplo, setor privado. E com esse dinheiro era possível comprar dólar. E com isso forçar a baixa do real. Difícil explicar no dia-a-dia. Sobe a taxa de juros para evitar que a moeda se desvalorize e para defender, portanto, a possibilidade da transição, mas a realidade é essa. Foi por essa razão. E o efeito foi imediato. O que não quer dizer que o efeito do fim da semana passada era para se considerar como uma coisa já garantida. É preciso uma política continuada, e é indiscutível que só posso falar o que eu estou falando, a respeito de que as contas internas terão uma melhoria até o fim do ano, na suposição de que a taxa real de juros também vai ter uma queda acentuada.

Só para lhes dar um elemento, pois quero falar um pouquinho de outros assuntos, um elemento que eu acho que é importante para que se entenda o que está acontecendo. A taxa de juros no mês passado foi negativa, tornada mês a mês. Ou seja, em verdade, ao subir para 45% a taxa de juros, não se está agravando, em termos reais, a dívida interna, porque a taxa de inflação do mês passado, comparada com a taxa de juros do mês passado, anualizada, daria taxa de juros negativa.

Economia é uma ciência curiosa, uma ciência e uma prática, pois quando se pensa que se vai para um lado, vai-se para o outro, é difícil estar explicando a cada instante, e às vezes, muitas vezes, vai-se para o lado errado também. É preciso notar que isso existe e que é difícil formar um juízo. O próprio Presidente tem dificuldade em formar, embora não seja totalmente ingênuo, em matéria econômica, de tomar uma decisão em função de tantas variáveis. Mas o fato é

que está se supondo uma taxa de juros real, neste ano, substancialmente menor, que a taxa de juros real do ano passado, isso mesmo.

Nós conseguimos na votação, como espero, não tenho certeza, da CPMF, no Congresso Nacional, nesta semana. Se for determinado, como hoje será anunciado o acordo com o Fundo Monetário Internacional, se nós refizermos as linhas de financiamento de comércio externo, a situação no segundo semestre melhorará substancialmente.

Deixem-me referir-me a esses dois pontos que mencionei de passagem, a questão relativa ao acordo com o Fundo Monetário Internacional. Vi, outro dia, e já até me referi a isso, numa entrevista que dei, um brilhante economista de Harvard dizendo: "Ah, o governo do Brasil devia ir diretamente aos bancos e pular o Fundo Monetário." Encontraria as portas dos bancos fechadas. São assertivas que fazem eco no meio acadêmico, mas que não têm sentido prático, queiramos ou não – e eu gostaria que fosse diferente, eu gostaria que não houvesse algumas atividades de capitais, eu gostaria que houvesse controle sobre os fluxos de capital. E tudo isso eu tenho dito e escrito muito para os Presidentes do G-7, feito conferência. Mas eu gostaria. Não é assim. Se não houver o aval do Fundo Monetário a um programa de estabilização, os bancos não emprestam dinheiro.

Nós vamos ter recursos do setor oficial. Do Fundo Monetário e de alguns países, de vinte países que estão dispostos a isso. Recursos que, hoje, na verdade, têm menor impacto, porque nós não estamos mais sustentando o câmbio. Logo, são reservas que não são para gastar, mas que tranquilizam os credores, porque dizem: "Bom, este país vai pagar as suas contas." Muito bem.

Mas, hoje, se não houver o apoio do Fundo Monetário, os bancos se retraem. Apoio do Fundo Monetário não significa o dinheiro, só o dinheiro do Fundo – que, aliás, é de nós próprios, de nós todos, dos países todos. Ele é importante, pela razão que já disse, para mostrar que temos capacidade de pagar. Mas significa mais. Significa uma espécie de aval de que os números que estou lhes dizendo aqui, 3,1% do PIB – talvez até precise de mais –, que a taxa de juros média real,

que a taxa de inflação média, lá para o fim do ano, não pode estar acima de 10%. Isso tem consistência.

O que o Fundo Monetário dá é o aval ao sistema internacional de que o programa tem consistência. O programa não é do Fundo. É nosso. Quem diz “corta aqui, corta ali”, não é um técnico estrangeiro. Ele nem olha para saber se o que estamos dizendo é verdade. É isso o que eles fazem: “É. Está certo. O governo brasileiro fez um programa que se sustenta.” E, ao dizer isso, aumenta a capacidade que nós temos de convencer os bancos para que eles financiem as nossas necessidades.

Então, por isso é que é importante o que está acontecendo hoje, neste instante, ou daqui a pouco entre Washington e Brasília, que é anunciar, como já foi feito em novembro, que o Fundo Monetário considera que a política do governo brasileiro tem viabilidade. Mas, aí, para ter viabilidade, nós precisamos que os bancos financiem a nossa exportação.

Por que a taxa do dólar permanece elevada? Permanece elevada porque, como o Governo tem reservas mas não joga no mercado para defender a moeda, não conseguiu defendê-la. Perdeu a guerra lá, em janeiro, contra especuladores, porque não joga o dinheiro. O dólar disponível é o dólar que entra. E há sempre um equilíbrio entre entrar e sair. Se compra, se paga e entra dinheiro, sob a forma de investimento direto ou sob a forma de financiamento. E o financiamento que mais se requer agora é o financiamento de curto prazo, para a soja, para o café, para a laranja, para as máquinas, para que nós possamos gerar dólar. Gerando dólar, entra mais dólar e, a pressão sobre o mercado diminui e a taxa de câmbio volta a um patamar razoável, que também não vou dizer qual seja, porque seria puro palpitar, mas é um patamar razoável – basta recordar que antes da desvalorização ninguém falava em mais de 25% de desvalorização do real.

Bem, essa operação está em marcha. A partir da aprovação do Fundo Monetário, os Ministros nossos vão fazer o *road show*, como se chama, para mostrar que é consistente o programa e que os bancos

devem voltar financiar as exportações brasileiras. Nós estamos exportando. O Banco do Brasil está financiando. O BNDES está financiando. Mas é insuficiente, porque nós exportamos mais de 50 bilhões de dólares. Então, esse é um programa de curto prazo, de médio prazo. E, no fim do ano, essas taxas estarão viradas e, portanto, há possibilidade de retomada do crescimento, sobretudo porque nós já temos uma capacidade, como eu mencionei, que foi modernizada. E porque nós aumentamos a nossa capacidade de exportação, estarão reconstituídos.

Não se trata, portanto, de uma falta de perspectiva. Trata-se de uma mudança de rumo pelas circunstâncias e, repito, que não foram escolhidas, foram impostas a partir da crise da Rússia. Mas o Brasil não vai perder o rumo. E não perder o rumo significa, basicamente, além do que eu mencionei no início, sobre nossos objetivos permanentes, em termos da nossa visão do mundo, significa crescimento econômico e bem-estar social.

Crescimento econômico. Eu gostaria – e imagino que isso acontecerá – que os Senhores todos possam participar da análise de uma coisa que se chama PPA 2000/2003. É o Plano Plurianual de Investimentos do Brasil, que define o nosso projeto de crescimento. Ouço muitas vezes: “O Brasil precisa de um projeto, não tem projeto”. Tem projeto. Os que acompanharam o Programa Brasil em Ação sabem o que foi feito nesses anos passados.

Reorganizamos a geografia econômica do Brasil. Reorganizamos os eixos do crescimento econômico. Não tenho um mapa aqui. Não quis fazer para não cansá-los. Já falo demais, mas os que se debruçarem sobre o mapa do que está sendo feito no Brasil, vão ver que nós, nos últimos quatro anos, aumentamos a capacidade de produção de energia hidrelétrica em 40%, de tudo que o Brasil já fez. Não estão prontos esses 40%, mas eles estão se completando.

Acabei de estar lá em Porto Primavera para inaugurar uma usina. Irei ao Paraná para inaugurar outra usina. Das seis máquinas geradoras de Xingó, cinco foram feitas no meu governo. Fizemos uma usina em Goiás, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina. Retomamos as bases da oferta energética.

Muitos dos Senhores foram partícipes de um outro processo importante que é o de reorganizar toda a base energética do Brasil em termos dessa concepção de América do Sul. Por isso mesmo, estamos comprando petróleo da Venezuela e da Argentina. Quando eu fui Ministro do Exterior, não se comprava uma gota. Modificamos isso para poder, realmente, integrar o espaço econômico da América do Sul.

Estamos comprando energia elétrica da Venezuela. As linhas estão sendo colocadas – fui lá ver, alguns, aqui, também – de Guri para Roraima. Fizemos o gasoduto da Bolívia para o Brasil. Estamos fazendo outros, que vêm do Sul da Argentina para Uruguaiana. Reorganizamos, portanto, num projeto de largo, as bases do crescimento da economia brasileira.

Aqui está o Almirante Arnaldo, que conhece mais do que eu a questão do petróleo. Aumentamos, fortemente, a nossa capacidade produtora de petróleo. Nós preparamos a infra-estrutura. Os portos foram modificados, os que são da Marinha e que acompanharam de perto isso sabem a tenacidade que foi necessária, para que nós repussemos – ainda não completamos – os nossos portos em condições de competitividade.

Quem sair aqui, pela baía, vai ver o porto de Sepetiba, que foi feito, está lá. Quem for ao Espírito Santo verá os esforços, na questão dos portos. Quem olha para o gás, inclusive no Espírito Santo, vai ver que nós, de Campos, estamos com geração de gás para ir para o Espírito Santo. Quem for ao Nordeste, vai ver que o gás sai da Bahia e vai até o Ceará. Porque nós estamos criando pólos de gás químico, pólos petroquímicos, pelo Brasil afora.

Por outro lado, quem for olhar o que aconteceu com os nossos rios, vai ver que nós voltamos a colocar a questão das nossas bacias hídricas, de tal maneira que elas possam ser aproveitadas. Já a soja, produzida no Centro-Oeste do Brasil, na região do Norte, sai pelo Rio Amazonas e o Rio Madeira, feito por nós – nós, que eu digo, não sou eu, é o País – nesses últimos anos de estabilização da economia.

Além do mais, estamos mexendo no Tocantins, no Araguaia, que só não avançou mais depressa por razões ecológicas. O Rio São Fran-

cisco está sendo reposto. Com o empenho do Vice-Presidente e o meu, pessoal, conseguimos fazer com que a Transnordestina fosse reinaiciada. O porto de Suape está lá, funcionando. Estamos fazendo o porto de Pecém, lá no Ceará. Estamos refazendo esses portos.

As ferrovias não só foram privatizadas e tiveram investimentos, embora ainda não no nível necessário, como eu assisti à inauguração da ponte rodoviária que liga São Paulo a Mato Grosso, para fazer a Ferronorte. E, daqui a algumas semanas, irei ao Mato Grosso, porque a ferrovia já atravessa todo o Mato Grosso do Sul e está chegando ao Alto Taquari, no Mato Grosso. Isso vai fazer com que a soja possa vir -- soja ou o que seja mais, os grãos, e o que mais seja -- possa vir com a Fepasa e sair por Santos ou sair aqui, pelo porto do Rio.

Bom, então, há toda uma reestruturação da nossa economia. Pois bem, nesse PPA 2000/2003, o BNDES já contratou dezenas de consultores -- isso faz tempo, já, simplesmente não foi anunciado, porque não era oportuno -- para que detalhassem, em nível de microrregião, os investimentos necessários para adensar esses bens e para criar novos. É o programa de investimentos do Governo, para os próximos anos.

Não são investimentos só do Governo. São públicos, são privados, são de capital nacional, são de capital estrangeiro, são de parcerias com os estados. Mas estamos projetando isso em nível de microrregião, para que possamos mostrar as oportunidades de desenvolvimento que há, no País.

Há um país em marcha, que se está refazendo, na direção do compromisso mencionado aqui, há cinquenta anos: da racionalização do país, da crença nele, na possibilidade de que o país avance, com um projeto de crescimento que não seja um projeto induzido só pelo poder político, mas que seja um projeto que possa compor o conjunto das aspirações nacionais, de tal maneira que se possa avançar.

Para isso, houve aporte vultoso de capital estrangeiro. Mas mandei fazer um estudo, pelo professor Luciano Martins. Não houve, como se diz, a desnacionalização. Nem, sequer, no setor privatizado, de infra-estrutura. O aporte do setor nacional, do setor doméstico,

foi muito grande, e a sustentação feita pelo BNDES, também, foi muito grande.

A propósito, quero lhes dizer que notícias veiculadas, sistematicamente, de que vamos privatizar a Petrobras não procedem. Tenho um compromisso com o Senado de não privatizá-la. Tenho, sim, o compromisso de transformá-la numa empresa mais competitiva, uma empresa mais capaz de atender aos problemas do País. Mas não acredito que o Brasil possa dispensar uma empresa como a Petrobras, neste momento de sua existência. Assim como são vãs as idéias relativas de: "lá se vai privatizar o Banco do Brasil". São manobras de mercado, que vão para os jornais, que dão onda política, em que alguém ganha e alguém perde. E, politicamente, quem perde é quem não quer fazer isso, e atribui-se a que se deseje.

Não é isso. Não estamos num momento em que esse tipo de medida seja construtiva. Ele pode entusiasmar operadores da Bolsa aqui e lá fora. Mas quem tem o sentido da realidade sabe, primeiro, que não é nem praticável. É, simplesmente, um fator de perturbação, enquanto temos uma série de outras ações que estão no PPA, que são públicas, são definidas por nós, têm o interesse do País e que são discutidas, abertamente, com o Congresso e com toda a sociedade.

Precisamos, portanto, não perder, com a turbulência que estamos atravessando, os objetivos maiores do País e a capacidade que este país tem, de seguir adiante. Eu dizia que uma parte importante do capital estrangeiro veio para cá – no ano passado foram mais de 20 bilhões de dólares. Mas não nos esqueçamos de que a nossa capacidade de investimento passou, nos últimos 5 anos, de 3,5% para 18,5%. Esse 18,5% do PIB significam, mais ou menos, 160 bilhões de dólares ou de reais. Comparem 160 com 20. O esforço nacional é absolutamente predominante, em todo esse processo.

Este é um país que tem recursos. E que tem, infelizmente, o gosto de pensar que não os tem e de permanecer um pouco pasmado, diante de qualquer coisa que se fale sobre os de fora, e pouco entusiasmado com o que se faz aqui dentro. Vamos nos entusiasmar com o que se faz aqui dentro.

Por fim, além de reiterar e de detalhar um pouco mais esses objetivos, aqui, temos uma estratégia. A primeira estratégia é consolidar a estabilidade econômica. A segunda é promover o desenvolvimento sustentável, para a geração de emprego e oportunidades de renda. A terceira é combater a pobreza e prover a inclusão social; consolidar e aprofundar a democracia, e por aí vai. Mas não em palavras, em termos de que projetos são, quanto custa, quem pode fazer; e não feito pelo governo, pelo BNDES, com consultores – agora, sim, vai ser debatido pelo governo e assimilado.

Mas, por fim, de tudo o que eu disse aqui, eu não mencionei neste momento, mencionei antes, as obras de infra-estrutura, que corresponde ao Governo coordenar e incentivar, para que o Brasil possa crescer. Quero lhes dizer, também, que nada disso deverá ou poderá ser feito sem dois valores fundamentais. Um, só para dizer, é a democracia. Eu acho que não se torna necessário perorar sobre ela. A não ser um ou outro tresloucado do passado, que me julgue, quando fala em renúncia minha, ou “fora FHC”, um ou outro tresloucado, que não merece muita atenção, ninguém, no Brasil, duvida da eficiência normal de uma instituição democrática, da força que tem o Congresso Nacional. Apesar de os partidos não serem fortes, o Congresso é forte. A força que tem a nossa mídia é de uma liberdade absolutamente louvável, não há país do mundo que possa comparar-se a nós. Então, esse valor existe.

Mas há um outro, que é a questão da inclusão social, que é a questão de bem-estar dos brasileiros. Apraz-me verificar, sobretudo nos meios políticos e no Congresso – isso a mídia reflete – a preocupação que aqueles que nos criticam têm quanto a programas sociais. Só se esquecem de dizer uma coisa: os programas que eles estão anunciando que estão sendo cortados – e não é verdade – são todos feitos por este governo.

O Pronaf, que é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, foi criado no meu governo. Foi criado, no começo, com 33 mil contratos de atendimento aos familiares, famílias que estão no campo. No ano passado foram 700 mil contratos, quase 700

mil contratos. Os recursos, o ano passado, creio que foram de 1 bilhão e 800 milhões de reais. Este ano, serão 2 bilhões e oitocentos, com toda a crise. Dois bilhões e 800. Então, a preocupação com o Pronaf acho louvável. Mas não posso me esquecer de dizer que o Pronaf foi feito neste governo, que não olhou só a estabilidade da moeda, que não olhou só as obras de infra-estrutura, que também olhou as pessoas, tentando melhorar as condições de vida do povo.

O Fundef é o Fundo de Desenvolvimento da Educação. Vejo, freqüentemente, agora mesmo, nas discussões com os Governadores, reclamações sobre o Fundef. Por quê? Porque nós levamos a distribuição dos recursos de acordo com o nível de administração que mantém as escolas. Em certos estados, as escolas são numerosamente estaduais, em outros, municipais. Os recursos vão para cá ou para lá, de acordo com as escolas. E o Governo Federal – não tenho exatamente o número – mas são cerca de 900 milhões de reais o que custa, de aporte direto do Governo Federal para uma missão que não era dele, no sentido estrito da Constituição, mas, sim, é dele, no sentido de que, sem uma população educada, não vai haver sonhos de Brasil melhor.

Aliás, sobre a educação, ainda ontem, eu conversava com a Ruth, minha mulher, que está fazendo um programa de televisão, hoje à noite, no Roda Viva. E ela estava se informando sobre os números a respeito do que está acontecendo com as escolas no Brasil. Sobretudo no Nordeste, houve um aumento significativo do atendimento das escolas primárias e secundárias, sendo que, nas primárias, nós estamos alcançando níveis de primeiro mundo. E o aumento da participação das secundárias tem crescido. Cresceu 10%, nos últimos anos, o atendimento nas escolas secundárias.

O Fundef é fundamental. É um programa que melhorou a renda da população das áreas mais pobres, dos professores e professoras das áreas mais pobres do Brasil.

Loas – os nomes são incompreensíveis, não sei por quê. Loas é a Lei Orgânica da Assistência Social. Não existia. Existia na lei, mas não havia. Hoje, são mais de 1 bilhão de reais. Todas as pessoas de mais de setenta anos, ou as pessoas que têm problemas de deficiência física, e as

famílias que não têm renda recebem uma pensão do Estado. Dir-se-á, sempre, que é pouco. E é verdade. Diante do mar de dificuldades do Brasil, tudo é uma gota d'água no oceano. Mas, antes, não havia. E, agora, está havendo. E não está havendo corte em nenhum programa de assistência direta.

Para lhes dar um número que pouca gente sabe, mas que tem impacto – é verdade que existe um programa que é mais antigo, que é o da Previdência Rural; sou favorável a ela, a pessoa não contribui, mas vai receber; no campo tem que ser assim mesmo, porque nunca contribuíram porque não tinham condições, nós vamos ter que manter – pois bem, a transferência direta de renda via Orçamento, ou seja, dinheiro que vai dos que podem, dos que pagam imposto para os que não podem, foi 17 bilhões de reais, no ano passado. E me falam, incessantemente, de que precisamos fazer um programa de renda mínima. Nós temos vários programas de renda mínima. Dezenove bilhões de reais. É pouco? É pouco. Mas é o que o Brasil pode.

Mais um programa desses, que é o da erradicação de trabalho infantil penoso. Quem fez esse programa? Foi o meu governo. Agora, sai a notícia de que vai ser cortado. Não vai ser cortado. Apenas o Orçamento é muito complicado. Tem uma partida aqui, outra partida ali. É preciso fazer a soma. Ninguém sabe direito como é. Então, quando se olha por um lado, para criticar, se critica. É verdade que para se defender também se defende. Mas, de qualquer maneira, a decisão é de não cortar esses programas que são de atendimento direto da população.

Na saúde, o programa de Aids é o maior, o melhor – isso dito pelo diretor mundial do combate à Aids, da ONU – é o melhor programa do mundo. Custa caríssimo – caríssimo. O Brasil paga.

Dir-se-á: “Então, não vai haver cortes?” Sim, vai. Vai. Mas é preciso verificar se o corte que vai haver é no atendimento direto à população ou é no caminho para chegar lá. Essa é a questão.

Merenda escolar. “Vai cortar a merenda escolar.” Nós aumentamos o número de crianças atendidas por merenda escolar e o número de dias por ano atendidos nas escolas. Nós aumentamos o

ano letivo. Tem mais aulas nas escolas do Brasil. Portanto, mais merendas. O que aconteceu? Nos municípios chamados de Comunidade Solidária, os mais pobres, se serviam duas refeições. Acontece que criamos outros programas nesses municípios e as Prefeituras dispõem de recursos de tal maneira que o Governo Federal não precisa fornecer duas refeições. Então, aí dá para cortar, porque não está cortando a comida. Está cortando o gasto federal, porque vai haver recurso estadual. Demagogicamente dizem: "O Governo cortou merenda das criancinhas porque o FMI mandou." É preciso que a gente tenha boa-fé, conhecimento e luta, capacidade de defender e mostrar que não é assim. E, se for assim, está errado e vamos corrigir. Também dar a mão à palmatória. Onde estiver errado, damos a mão à palmatória.

Mencionei alguns programas sociais. Por isso, a mortalidade infantil caiu incessantemente, dramática, drasticamente, neste governo. Os dados do IDH, o Índice de Desenvolvimento Humano, cuja repercussão foi menor porque os dados eram melhores, mostram que a situação social do Brasil melhorou.

Então, é falso que a estabilidade da moeda não tenha um efeito positivo na população. É falso que a reorganização do Estado, que o empenho do Estado em não gastar mais do que pode, em gastar melhor, não tenha efeito sobre a população. É falso que os esforços feitos, de abertura da economia, tenham prejudicado o setor produtivo nacional. Alguns, sim, porque eram protegidos, não se modernizavam, o custo era alto e o povo pagava. E, depois, pegavam dinheiro barato no BNDES e também não pagavam, muitas vezes, ou no Banco do Brasil. O Banco do Brasil quebrou, há dois anos. Oito bilhões custou ao Tesouro. Vinte e dois bilhões de inadimplentes. Não do meu governo, nem do governo anterior. De vários tempos. Tomavam e não pagavam. Isso não pode. Quando se vai ver: "Ah, mas estão cobrando juros daqueles coitadinhos..." Não, não, não. Não pagaram.

Então, é preciso, realmente, ter uma moralização da questão pública. E isso vai ser necessário repetir: sem moralização no Estado,

nada funciona. Um Estado que não é capaz de ter higidez de comportamento, um Estado que se baseia na propina, que os setores políticos estão tomando conta do cofre e que estão usando o cofre de uma maneira indevida, não tem como ter responsabilidade pública. Mas não é o caso. Acho que o Brasil tem um valor de democracia, um componente ético que não pode ser perdido.

Portanto, os Senhores me desculpem a falação quase em seguida, quando se fala, assim, de entusiasmo. Mas é porque continuo acreditando neste país. E posso lhes assegurar que, tendo sido reeleito – e não é pouco para um brasileiro, um brasileiro que foi professor a vida inteira, de família de classe média, pode ser até alta, mas de classe média, que não tem posses, que nunca se preocupou com posses, que não tem uma ação do que quer que seja, que não tira a gravata para falar com ninguém, não fala português errado – espero pelo menos – até, de vez em quando, lê as palavras em outra língua, e o povo vota, e vota duas vezes, me dá uma responsabilidade moral enorme. Vou continuar fazendo o possível e o impossível para que o Brasil cumpra o seu destino, que é um destino de bem-estar, de presença firme, de cabeça erguida no mundo, de cooperação com os nossos vizinhos, com os nossos aliados; mas é, sobretudo, um destino de auto-respeito.

Muito obrigado.